

Processo Judicial Eletrônico se expande para 15,7 milhões de ações

Chegou a 15,7 milhões o total de ações em trâmite no Processo Judicial Eletrônico (PJe). O dado, referente ao primeiro semestre do ano, indica alta de 84,7% no número de causas incluídas no sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em junho de 2016, o número de autos que tramitavam na Justiça por este tipo de plataforma eletrônica estava ao redor de 8,5 milhões.

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi lançado pelo CNJ em 2011 com o objetivo de permitir, em plataforma digital, a prática de atos processuais assim como o acompanhamento dos processos judiciais em qualquer ramo da Justiça (estadual, federal, militar, do trabalho e superior). A maior adesão ao sistema eletrônico desenvolvido pelo CNJ em parceria com tribunais contribuiu para que o meio digital superasse pela primeira vez no ano passado o número de processos físicos.

Hoje, o PJe está sendo usado em 3.321 órgãos julgadores — unidades como varas e turmas —, conforme dados

do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Conselho.

Cerca de 73% das ações digitais — 11,5 milhões — pertencem à Justiça trabalhista. “É o ramo que mais se engajou na implantação do PJe. Isso porque a Justiça do Trabalho comprou a ideia, vinda do CNJ, de que houvesse um único programa para todo o Poder Judiciário”, afirma Ives Gandra, presidente do Superior Tribunal do Trabalho (TST).

Rumo aos 100% de implantação

Todos os 24 tribunais regionais do trabalho (TRTs) usam o PJe. Entre as varas trabalhistas, a única exceção está no Pará, por falta de infraestrutura mínima de telecomunicação. Fica em Abaetetuba, no Pará, a última unidade a ser digitalizada. Com a inauguração desta unidade, prevista para 6 de outubro deste ano, o programa alcançará 100% da Justiça trabalhista.

“Seremos vanguardistas teve um preço caro. Houve resistência. Os TRTs tinham programas, muitas vezes melhores em certas funções, mas sem a característica de ser um sistema implementado em to-

dos os ramos”, disse Gandra ao falar da iniciativa do CNJ.

Ao todo, a plataforma reúne 1,5 milhão de usuários na Justiça do Trabalho. Advogados formam perto de um terço destes usuários — 450 mil. Magistrados representam em torno de 4,6 mil. Entre os perfis, o banco inclui peritos e estagiários.

Em versão digital, o auto que tramita pela justiça deixa de gerar custos como papel, transporte e armazenagem. Os trâmites judiciais também são mais rápidos: a reclamação trabalhista pode ser peticionada no site do próprio tribunal, sem ir até uma vara.

“O juiz pode despachar de qualquer parte do mundo, porque tem acesso, com senha, ao processo eletrônico”, disse o presidente do TST. O desenvolvimento de aplicativos móveis pode ampliar os benefícios. “No celular, você recebe notificações e decisões, sabe que horas começa a audiência. Facilita demais a vida do cidadão e do advogado”, completa.

Fonte: CNJ

CNJ lança revista digital sobre gestão por competências no Judiciário

global único usado em periódicos acadêmicos. Em fevereiro, o Ceajud convidou tribunais a participarem da estreia. Dois deles — STJ e TRT8 (Pará e Amapá) — enviaram, também, vídeos para ilustrar o relato.

Em setembro, completa-se um ano de vigência da Resolução n. 240/2016 do CNJ, que define a Política Nacional de Gestão de Pessoas no Judiciário. A norma prevê o uso da gestão por competências — conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho de cada função — para avaliar o trabalho de servidores.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é o que há mais tempo aplica o modelo. Iniciado em 2002, o programa está na quarta fase — a etapa corrente mapeia competências das 330 unidades do órgão. No artigo, o tribunal traz lições dos 15 anos de iniciativas, ao longo dos quais contratou quatro consultorias.

A gestão por competências otimizou custos no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES). Em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), que cedeu sistema e consultoria, foram avaliados 328 servidores (96% do quadro), entre 2015 e 2016. A partir dos resultados, o plano de capacitação priorizou as carências detectadas.

Entrevistas por telefone e presenciais, com mais de 100 gestores, foram feitas para apurar competências necessárias ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Dados adicionais foram levantados, via web, com servidores. Desde 2010, quando iniciou ações na área, o órgão promoveu ao menos 63 workshops para mapear e reduzir lacunas.

O modelo passou a compor o processo seletivo interno para ocupar funções de confiança no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. A seleção ganhou etapa, opcional, que afere conhecimentos, habilidades e atitudes dos candidatos. Com base nas competências mapeadas, também foi produzido plano de capacitação.

Órgãos judiciais podem enviar artigos para publicação

Qualquer órgão do Judiciário pode propor a inclusão de artigo na revista. O material, que deve seguir o padrão da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), será avaliado pelo Ceajud.

A publicação integra o programa Competência em Foco, do Ceajud. No ano passado, a unidade editou o Guia de Gestão por Competência no Judiciário, referência para os tribunais. O setor também mantém comunidade dedicada ao tema.

Fonte: CNJ

Subseção Judiciária de Paulo Afonso promove mutirão de audiências



A Subseção Judiciária de Paulo Afonso promoveu, entre os dias 28 de agosto e 1º de setembro, a segunda etapa do mutirão itinerante na cidade de Euclides da Cunha.

No mutirão, foram realizadas cerca de 620 audiências e expedidas 450 Requições de Pequeno Valor (RPVs), além de audiências da Justiça do Trabalho e da Justiça Estadual. A população também contou com outros serviços, como emissão de título de eleitor, carteira de trabalho e identidade e, ainda, atendimento de saúde bucal realizado pelo SESC.

A ação contou com parcerias das prefeituras dos municípios da região, do governo do estado da Bahia, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ/BA), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Defensoria Pública da União (DPU), dentre outros.

Fonte: TRF1

Cardápio do restaurante para segunda-feira

• Frango à Parmegiana • Carne Oriental • Peixe à Dore • Cupim à Moda do Cheff • Baião de Dois • Penne aos 4 Queijos • Batata Gratinada • Torta à Moda do Cheff.

Obs.: Sujeito a pequenas alterações.

Aniversariantes

Hoje: Juiz Federal Cristiano Miranda de Santana (15ª Vara), Juiz federal Fabio Stief Marmund (2ª Vara de Vitória da Conquista), Cláudio Cardoso de Melo (9ª Vara) e Alexandre Gomes França Pinheiro (Turma Recursal). **Amanhã:** Gileide Silva Lima (4ª Vara), Ana Carolina Oliveira de Carvalho Gomes (NUCJU) e Evaniilson Santos da Silva (19ª Vara). **Domingo:** Juiz federal João Batista de Castro Junior (Vitória da Conquista), Carolina Teixeira Santos (Itabuna) e Geisa Alberone de Jesus (CS Gestão & Serviço). **Segunda-feira:** Karina de Alencar Serrano Barbosa Marques (13ª Vara) e Héliida Campos Ferreira Mesquita (Guanambi)

Parabéns!